

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 12.170 - PT (2017/0152689-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SETÚBAL - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE SETÚBAL - JUIZ 4
INTERES. : HEVERTH WILKER GUEDES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de HEVERTH WILKER GUEDES (CPF n. 704.065.711-20) de sentença que o condenou pelo crime de roubo.

O interessado, custodiado na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia (GO), foi pessoalmente intimado por oficial de justiça, conforme o documento de fl. 453. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 455).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, requer a concessão dos benefícios de justiça gratuita e sua própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Afirma que a carta rogatória não veio pelas vias consulares, não estando suprida a necessidade do carimbo do cônsul brasileiro. Por fim, argumenta que inexistente interesse de agir do Estado requerente, pois o não cumprimento da condenação pelo interessado não produzirá nenhum efeito jurídico, já que eventual pedido de extradição que venha a ser posteriormente formulado encontrará óbice no art. 5º da CF. No mérito, pede que seja negado o pedido de concessão do *exequatur* (fls. 459-463).

O Ministério Público Federal opina pela devolução do processo à origem, visto que foi cumprida a diligência rogada (fl. 465).

É o relatório. Decido.

De início, **defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

Cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a tradução

Superior Tribunal de Justiça

por profissional juramentado no Brasil e, nos presentes autos, os documentos que acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

Quanto à ausência de interesse de agir, o pedido do Juízo rogante refere-se tão somente à notificação do interessado para ciência da sentença, e não à extradição do nacional. A alegação, portanto, é impertinente.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do cumprimento da diligência rogada (fl. 453), **considero consumado o objeto da comissão**, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Veja-se precedente da Corte Especial sobre a questão:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. INTIMAÇÃO PRÉVIA FEITA VIA POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA.

I - Na fase de intimação prévia, é enviada ao interessado cópia integral da comissão rogatória.

II - No caso, o Aviso de Recebimento foi assinado pelo próprio interessado, o que leva à conclusão de que ele tomou conhecimento de todos os termos da rogatória em questão.

III - **Assim, tendo o interessado tomado conhecimento do processo em trâmite no juízo rogante, foi consumado o objeto da diligência, não havendo, portanto, necessidade de envio dos autos à Justiça Federal. Agravo regimental desprovido.** (AgRg na CR n. 9.599/EX, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 12/6/2015, grifei.)

Ante o exposto, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante (art. 216-X do RISTJ) por intermédio da autoridade central competente, independentemente do trânsito em julgado.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

